



MASTER PLAN



APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE OPERAÇÃO DOS PORTOS

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. JUSTIFICATIVA.....	3
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	4
4. ESPECIFICAÇÃO.....	5
4.1. Requisitos.....	5
4.2. Premissas.....	5
4.3. Restrições	5
5. MAPEAMENTO DE ATORES.....	5
6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO.....	7
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	7
8. MONITORAMENTO	8
9. ARTEFATOS DO PROJETO	9
10. CRONOGRAMA.....	9
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	10

1. INTRODUÇÃO

Os terminais portuários brasileiros, em seu processo evolutivo, incorporaram elementos diferenciados e restrições de ambiência que os transformaram em organizações complexas com sistemas operacionais únicos (Bogossian, 2011). Segundo a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), a falta de infraestrutura de acesso aos portos, a insegurança jurídica, problemas de governança e a relação capital e trabalho são alguns dos principais entraves do setor (Diário do Nordeste, 2014).

A associação destes fatores resulta em um processo burocrático que impõem entraves às operações portuárias, impactando no desenvolvimento do comércio exterior e da competitividade do modal marítimo. A Comissão de Portos reforça que o Decreto dos Portos (9.048/2017) deve ser implementado para destravar investimentos e possibilitar o crescimento da capacidade instalada e melhoria da eficiência operacional (Portos e Navios, 2018). De acordo com o Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, faz-se necessário fomentar discussões envolvendo todos os atores envolvidos para discutir soluções que possam dar agilidade aos processos envolvendo as operações portuárias (Fiec, 2018).

2. JUSTIFICATIVA

Os entraves das operações portuárias impactam diretamente nos custos das empresas que optam pelo modo de transporte marítimo, impactando negativamente sua competitividade e prejudicando a indústria nacional e o comércio internacional. O modelo de gestão atualmente praticado tem o tempo de espera nos portos como gargalo e que precisa ser resolvido para otimização da logística e atração de novas rotas.

Portanto, entende-se como importante e urgente a articulação entre todos os atores envolvidos nas operações portuárias para debater um modelo de gestão que atue na resolução dos entraves existentes, alinhando itens como legislação, operação, entre outros pontos cruciais. Diante da problemática apresentada, este projeto foi proposto como prioridade por um grupo de especialistas do setor na reunião do Masterplan Economia do Mar, da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). O projeto está ligado direta e indiretamente às ações propostas no *roadmap* do setor, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
Levantar necessidade de melhorias das condições de infraestrutura e logística para o segmento	Ampliar canal de acesso para atracação de navios de grande porte no Porto do Mucuripe
Implantar sistemas logísticos de alta produtividade para embarque e escoamento de cargas das embarcações nos portos do Estado	Ampliar e adequar linhas de financiamento para modernização da infraestrutura portuária e de serviços marítimos
Aperfeiçoar processos de operação dos portos do Estado	Melhorar infraestrutura de acesso multimodal aos portos do Estado
Promover cooperação logística entre as empresas de diferentes áreas dentro da cadeia da indústria naval para ganho de competitividade	Concluir dragagem do Porto do Mucuripe
Melhorar eficiência da gestão portuária, recebimento de informações das embarcações e integração com outros portos	Realizar dragagem na Barra do Ceará

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas do setor no painel da Rota Estratégica do Setor de Economia do Mar, a saber: Hub portuário consolidado, promotor do desenvolvimento sustentável da Indústria Naval e dos Serviços Marítimos.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é aumentar a competitividade do modal marítimo através da resolução de entraves dos Órgãos Anuentes nas operações portuárias no prazo de um ano.

Como objetivos específicos:

- Contratar equipe para diagnóstico dos entraves dos órgãos intervenientes;
- Realizar workshops com os atores envolvidos;
- Compilar as informações sob a forma de proposições de melhorias;
- Articular a adoção das melhorias propostas por parte dos órgãos intervenientes.

4. ESPECIFICAÇÃO

4.1. Requisitos

- Melhoria do sistema existente (software);
- Funcionamento ininterrupto dos terminais marítimos;
- Controle integrado e eficiente sobre o fluxo dos processos;
- Regulamentação da legislação para maior clareza;
- Contratação de mão-de-obra qualificada;
- Transparência das informações;
- Realização de dragagem no Terminal Marítimo Multiuso.

4.2. Premissas

- Engajamento dos órgãos envolvidos;
- Sinergia com o Ceará 2040 (Iplanfor/Fortaleza);
- Política perene do Estado em relação ao modo aquaviário.

4.3. Restrições

- Limitação de recursos financeiros para investimento em infraestrutura;
- Falta de comunicação entre os órgãos anuentes.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem do Projeto, são apresentados no quadro a seguir:

Atores
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH

Atores
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE
Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG
Governo do Estado do Ceará
Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE
Confederação Nacional da Indústria – CNI
Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP
Companhia Docas do Ceará – CDC
Capitania dos Portos
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Receita Federal
Polícia Federal
Marinha do Brasil
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Ministério da Saúde – MS
Ministério do Meio Ambiente – MMA
Ministério do Trabalho – MT
Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA

6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto da Abordagem hidro ambiental na grade curricular da educação básica Cearense, são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
Não adesão dos órgãos anuentes	Falta de interesse	Encerramento do projeto
Falta de apoio dos órgãos de financiamento	Conjuntura econômica do país	Enfraquecimento do projeto
Viabilidade financeira para execução das melhorias em infraestrutura	Situação política e econômica do país	Enfraquecimento do projeto
	Alto nível de burocracia	

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

O plano de comunicação exposto a seguir apresenta cada tipo de comunicação bem como seus objetivos, meios de comunicação, frequência, públicos envolvidos, responsáveis e entregas:

Tipo de Comunicação	Objetivo	Meio	Frequência	Público	Responsável	Entregas
Entrega de projeto pelo presidente da FIEC ao governo	Firmar termo de parceria entre FIEC e governo	Presencial	Uma vez	Governo do Ceará	FIEC	Projeto
Reunião para estudo prospectivo das	Analisar legislação vigente e	Presencial	Quantas reuniões	Representantes do Governo	ADECE	Relatório Gerencial

Tipo de Comunicação	Objetivo	Meio	Frequência	Público	Responsável	Entregas
ações a serem desenvolvidas	pontos de mudança		forem necessárias	Sociedade civil IES Entidades de classe FIEC Iniciativa privada		
Reunião para modificação da Legislação Vigente	Organizar as etapas de trabalho	Presencial	Quantas reuniões forem necessárias	Coordenação do projeto	Coordenação do projeto	Alteração da Lei Estadual de Educação

8. MONITORAMENTO

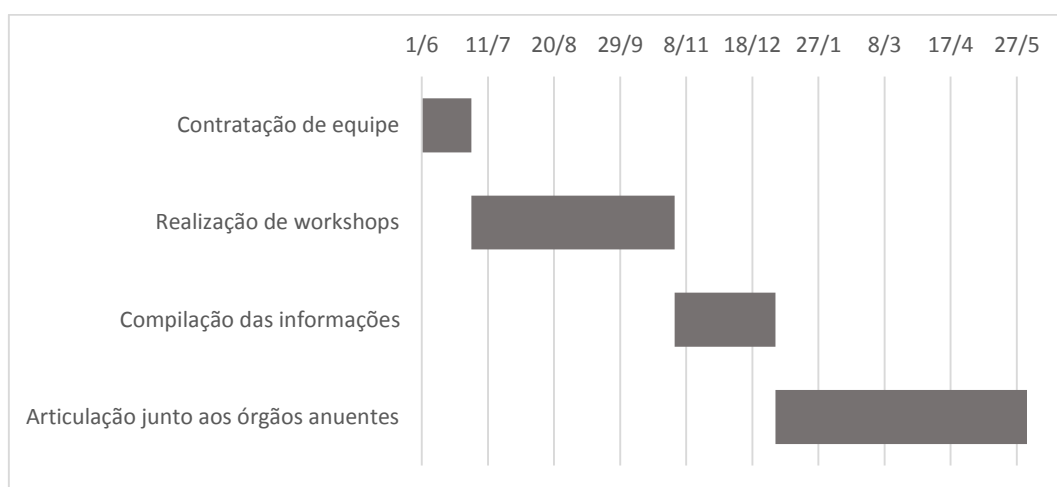
Apresenta-se, a seguir, os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração:

Indicador	Fórmula	Frequência de mensuração
Percentual realizado de reuniões e articulação com governo e setores envolvidos	$\frac{\text{Andamento realizado (em meses)}}{\text{Previsão do projeto e ações (em meses)}}$	Mensal
Alteração do texto da legislação estadual de educação	$\frac{\text{Andamento realizado (em meses)}}{\text{Previsão de texto concluído e alterado (em meses)}}$	Trimestre

9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

10. CRONOGRAMA



11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGOSSIAN, M. P. (2011). **Entraves Operacionais Portuários: Plataforma de Análise Comparativa**. Tese de Doutorado, Publicação, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília p.303.

Diário do Nordeste. **Legislação portuária gera entraves no Brasil**. Fortaleza – CE, 2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/legislacao-portuaria-gera-entraves-no-brasil-1.1145091>>. Acesso em 17/05/2018.

Fiec. **Conselho de Infraestrutura da FIEC apresenta estudo sobre entraves portuários**. Fortaleza – CE, 2018. Disponível em: <<https://www1.sfiac.org.br/fiec-noticias/114204/conselho-de-infraestrutura-da-fiec-apresenta-estudo-sobre-entraves-portuarios>>. Acesso em 17/05/2018.

Portos e Navios. **Comissão Portos cobra que Decreto dos Portos produza efeitos e destrave bilhões em investimentos**. Rio de Janeiro – RJ, 2018. Disponível em: <<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/comissao-portos-cobra-que-decreto-dos-portos-produza-efeitos-e-destrave-bilhoes-em-investimentos>>. Acesso em 17/05/2018.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO

